

## A cultura material escolar como fonte de pesquisa das práticas escolares em São João del-Rei, MG (1938-1944)

Laerthe de Moraes Abreu Junior

*Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de São João del-Rei,*

*São João Del-Rei, MG, Brasil*

laerthejr@yahoo.com.br

Paula Cristina David Guimarães

*Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, MG, Brasil*

paulacdg@yahoo.com.br



Educação: teoria e prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

### Resumo

Este trabalho se insere no campo de pesquisa da história da Educação, mais especificamente no âmbito de pesquisa da cultura material escolar. Investiga as práticas escolares do segundo grupo escolar criado na cidade de São João del-Rei entre os anos de 1938 a 1944 por meio do seu arquivo, que guarda parte dos materiais que foram utilizados naquela época, sendo, em sua maioria, documentos oficiais. Os dois principais documentos analisados foram o *Livro de atas e termos de promoção* e os *Livros de matrícula*. Estas fontes primárias de pesquisa não foram analisadas de forma isolada; foi realizado o cruzamento dos dados contidos nesses materiais, o que possibilitou maior entendimento das práticas escolares empreendidas pelo grupo escolar naquele momento. A análise dos materiais foi realizada tendo em vista o momento histórico no qual eles foram produzidos, o “Estado Novo”.

**Palavras-chave:** Cultura material escolar. Práticas escolares. Arquivos escolares.

## The material school culture as a source of research in educational practices in Sao Joao del-Rei, Minas Gerais, Brazil (1938-1944)

## Abstract

This work within the domain of Education history research, more specifically in the culture of school material's research. It investigates the teaching practices in the second school group created in the town of Sao Joao del-Rei from 1938 to 1944 through its files, where part of the materials used at that time are kept, being most of them official documents. The two main documents analyzed were *Livro de atas e termos de promoção* and *Livros de matricula*. These primary research sources were not analyzed in isolation, the data from these materials were crossed, which allowed a greater understanding of the school practices undertaken by the school group at the time. The analysis of the materials was carried out considering the historical moment in which they were produced, the "New State".

**Key words:** Material school culture. School practices. School files.

## Introdução

Este trabalho investiga as práticas escolares do "curso primário"<sup>1</sup> da segunda escola pública criada na cidade de São João del-Rei, o Grupo Escolar Maria Teresa, entre os anos de 1938 a 1944. Tal investigação foi realizada a partir do arquivo escolar que ainda guarda parte dos materiais que foram utilizados naquela época, sendo, a maioria, documentos oficiais. O recorte temporal escolhido se deu pelo fato de a documentação estar mais completa e inserida em um contexto político bastante específico, o "Estado Novo".

A proposta desta pesquisa é a de uma análise que parte de dentro da escola, de suas práticas. De acordo com Abreu Jr.:

Pesquisas recentes em história da educação têm se direcionado para conhecer as instituições educacionais a partir de dentro de suas formas de organização e das ações empreendidas por todos os sujeitos envolvidos naquilo que é mais comumente conhecido como cultura escolar: valores, saberes, práticas, estratégias, enfim, um repertório de atividades sociais específicas de natureza escolar que professores, alunos, e outros profissionais da escola e ainda os responsáveis e a comunidade envolvida nessa cultura realizam nesse âmbito (ABREU JR., 2005, p. 145).

Para verificar indícios de tais práticas, a cultura material escolar se mostra como fonte privilegiada nesta pesquisa. Os materiais guardados pela escola são de diversas procedências. Mesmo não sendo obrigatória essa guarda, as escolas mantêm, em seus

---

<sup>1</sup> De acordo com os *Livros de Atas e Termos de promoção* do grupo escolar pesquisado, o curso primário compreendia o ensino do 1º ao 4º ano. Ainda, de acordo com a documentação, com a conclusão do curso primário os alunos estariam aptos a realizar os exames de admissão ao ginásio.

arquivos, ao longo dos anos, dois tipos de documentos: os referentes aos docentes, para comprovação de tempo de serviço e aposentadoria e os boletins escolares, para a certificação do grau de escolaridade de alunos e ex-alunos. Estes documentos trazem informações de interesses variados sobre os estudantes e suas famílias tais como: idade do aluno, se possuía registro civil, profissão dos pais, sua nacionalidade, número de irmãos do aluno e grupo social ao qual a família pertencia. Os documentos também trazem informações sobre os métodos de avaliação destes alunos como: período do ano em que as provas eram realizadas, formas de avaliação (escrita, prática ou oral), notas obtidas, reprovações, frequência às aulas e títulos recebidos na conclusão do curso primário.

De acordo com Ribeiro (1992), é importante destacar que algumas espécies de documentos como, livro de atas, estatutos, regimentos e programas são mais raramente preservados e, apesar do seu valor informativo, até hoje não têm proteção legal ou recomendação específica de guarda.

A pesquisa em cultura material manifesta, de acordo com Pesez, a materialidade associada à cultura, “a cultura material tem uma relação evidente com as injunções materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais o homem opõe uma resposta que é precisamente a cultura” (1988, p. 180). Para Felgueiras (2005), estudar a educação hoje significa prestar atenção à densidade histórica do sistema educativo, nos contextos concretos de realização, expresso numa cultura material que, simultaneamente, traduz as concepções de uma sociedade e manifesta as condições em que puderam ocorrer.

A materialidade diz respeito à sua constituição enquanto suporte que ocupa determinado espaço em determinado tempo, contribuindo para contextualizar as práticas em seus continentes materiais: dos manuais escolares aos cadernos, passando pelas imagens de quadros, gravuras e cartazes instrutivos expostos nas paredes, assim como outros objetos que compõem o cenário da sala de aula e seu entorno (ABREU JR., 2005, p. 158 – 159).

As fontes desta pesquisa foram duas: os *Livros de Atas e Termos de promoção e os Livros de Matrícula*. Este material foi trabalhado em sua singularidade, ou seja, em cada documento foi analisada sua materialidade, sua função enquanto documento oficial na escola e as informações específicas de cada um. Apesar de as fontes documentais trazerem informações distintas, estas eram complementares e, reunidas, esclarecem aspectos ainda não percebidos na singularidade de cada um. Portanto, foi realizado, na medida em que tais

documentos se completavam, um cruzamento das informações contidas nos *Livros de Atas e Termos de promoção* com as dos *Livros de Matrícula* a cada ano. Trata-se, portanto, de tecer relações entre estes dois tipos de documentos e, ao mesmo tempo, isolá-los para tentar demonstrar o modo como se articulam.

Para realizar tal empreendimento, foi necessário catalogar todo o material existente e acumulado no “arquivo morto”<sup>2</sup> da escola. Tal catalogação tornou-se necessária para que se localizassem os documentos e também para tomar conhecimento do material existente. A escola não tinha, até então, o registro do material que possuía. Os documentos eram apenas depositados em um armário de parede ao longo dos anos. Isso favoreceu de forma direta à perda de diversos documentos, ficando outros em situação precária de manuseio.

A importância dos materiais escolares está relacionada à própria multidimensionalidade e complexidade das realidades educativas, assim como à diversidade e à pluralidade dos meios de intervenção dos atores educativos. Esses documentos apresentam perspectivas diversas, que permitem apreender a realidade educativa e contribuem para uma riqueza significativa de dados e das análises que sobre eles se podem realizar (MORAES, ZAIA & VENDRAMETO, 2005, p. 110).

Conferindo esta importância do material enquanto fonte multidimensional, o trabalho procurou destacar informações relativas às práticas escolares e também sobre a relação destas com o cotidiano extraescolar dos alunos que frequentavam o Grupo Escolar Maria Teresa naquela época. São informações que revelam relações entre rendimento escolar e condição econômica da família, entre métodos de avaliação e frequência escolar, idade e conclusão do curso primário, entre outras. Estas relações foram analisadas respeitando a singularidade da instituição, pois se trata de uma determinada escola que está inserida em um determinado contexto sociopolítico<sup>3</sup> com especificidades próprias.

A pluralidade das fontes indica e expressa a especificidade do objeto pedagógico, seu caráter multifacetado, que exige o concurso de vários domínios de conhecimento para ser apreendido na complexidade das relações que estabelece na globalidade social, nas dimensões política, administrativa, econômica, social e cultural (MORAES, ZAIA & VENDRAMETO, 2005, p. 126).

---

<sup>2</sup> Este termo, que é utilizado de forma recorrente pelas escolas, já demonstra uma certa limitação da importância dos materiais escolares para a instituição.

<sup>3</sup> No período no qual se insere esta pesquisa, o Brasil vivia o momento do “Estado Novo” (1937-1945), ditadura implantada por Getúlio Vargas.

Este trabalho buscou apontar fatores educacionais ligados a fatores sociais tendo a cultura material escolar como perspectiva de pesquisa. Isto aconteceu durante o desenrolar da investigação, posto que não foram encontrados materiais que pudessem esclarecer sobre o cotidiano da sala de aula como, cadernos de professores e de alunos, cartazes e outros materiais didáticos que pudessem favorecer tal empreendimento.

### **O grupo escolar e seus materiais escolares**

O Grupo Escolar Maria Teresa foi criado em 13 de março de 1925, pelo Decreto 6.818 do Governo de Estado de Minas Gerais. Inicialmente, a escola foi instalada no prédio de número 36 da rua Municipal, hoje, rua Ministro Gabriel Passos. Em 1937, devido às precárias condições de segurança do imóvel, as classes foram removidas e passaram a funcionar em vários locais: no térreo do sobrado de André Bello<sup>4</sup>, como também em uma casa ao lado do colégio Nossa Senhora das Dores, na residência de número 293 da então rua Municipal e, ainda, outra parte da escola passou a funcionar no sobrado do atual Mosteiro São José, na rua Padre José Maria. Em 1939, a escola foi transferida para o casarão do Estado, prédio situado à Praça dos Expedicionários, lugar no qual permanece até hoje com o nome de Escola Municipal Maria Teresa (GUIMARÃES, 1975, p.28).

As constantes mudanças da escola, principalmente na sua fase inicial, podem ter favorecido ao desgaste e a perda de muitos materiais. Durante a catalogação, percebemos a falta de vários documentos que eram feitos com regularidade todos os anos como: alguns livros de matrículas, diários de professores, atas de aprovações, entre outros. Também não foram encontrados materiais didáticos como: livros, cartazes, provas e cadernos de alunos, planejamento de professores, ou seja, materiais que revelariam o cotidiano das práticas escolares em sala de aula.

Os materiais contidos no arquivo, apesar de lacunares e residuais, e, principalmente, tidos como documentos de registros burocráticos, se revelaram fonte de informações múltiplas. As duas fontes selecionadas para a pesquisa: *Livro de Atas e Termos de promoção* e os *Livros de Matrícula*, foram reveladores de práticas internas da escola, assim como possibilitaram associar essas práticas ao perfil social dos alunos do Grupo Escolar Maria Teresa. Na medida em que o primeiro documento revela as formas de avaliação dos alunos, a frequência às aulas e seu rendimento escolar, o segundo traz registros sobre a vida desses

---

<sup>4</sup> Fotografia italiano que veio para São João del-Rei na segunda década do século XX.

alunos, origem e profissão de seus pais que, associada a outras informações de cunho econômico, categorizava o grupo social aos quais as famílias desses alunos ocupavam naquela época.

### **Dos métodos de avaliação do grupo escolar**

A fonte utilizada para o reconhecimento dos métodos de avaliação do Grupo Escolar Maria Teresa entre os anos de 1938 a 1944 foi o *Livro de Atas e Termos de promoção*<sup>5</sup>. Nele, encontram-se três tipos de documentos feitos durante cada ano letivo, de 1930 até 1950. O primeiro, redigido a cada ano pela escola, é o *Termo de reabertura solene das aulas do Grupo Escolar Maria Teresa*. Neste documento, a diretora da época escreve a mão o nome completo dos mais de 500 matriculados no início de fevereiro de cada ano, sendo bastante equilibrado o número de alunos do sexo feminino e masculino. A ata é preenchida dentro dos rigores que são exigidos para tal documento, ou seja, não há nenhum espaçamento entre as palavras e assinaturas realizadas pela diretora, professoras regentes e o inspetor escolar municipal. O segundo documento contido no livro é o *Termo de promoção dos alunos do Grupo Escola Maria Teresa*. Neste termo, eram escritos os nomes dos alunos aprovados do 1º ao 3º ano do ensino primário dos dois turnos da escola, manhã e tarde. Os exames ocorriam sempre em meados do mês de novembro e os resultados obtidos pelos alunos são expostos através de médias que variavam de 5 a 10. As promoções eram realizadas por classes: primeiramente, escrevia-se o nome da professora regente e logo em seguida o nome completo de seus alunos e a média obtida no exame. A forma pela qual eram realizados os exames nos alunos do 1º ao 3º ano não está explícita em tal documento, mas nota-se que há uma preocupação em classificar e ordenar, de acordo com as notas, os estudantes da escola.

Ao analisar os primeiros *Termos de promoção* contidos no livro, percebe-se a entrada de grande número de alunos no ensino primário, o que levou o Grupo Escolar Maria Teresa a oferecer sete primeiras séries em 1930, não variando muito este número nos anos posteriores. Uma das explicações possíveis se dá pela existência de poucas escolas públicas na cidade naquela época, o Grupo Escolar João dos Santos e o próprio Grupo Escolar Maria

---

<sup>5</sup> Trata-se de um caderno de capa dura, retangular, encapado e etiquetado com o nome *Livro de Atas e Termos de promoção - 1930 a 1950*. Possui cinquenta folhas numeradas e rubricadas pela primeira diretora da escola. Contém documentos manuscritos pelas diretoras regentes ao longo desses anos, explicando passo a passo como eram realizados as promoções e os exames avaliativos dos alunos do curso primário do grupo escolar.

Teresa e também pela necessidade de aumentar a quantidade de crianças que frequentassem a escola.

Percebe-se, através do registro desse material, o grande número de reprovações ocorridas no período entre 1938 e 1944. Em algumas turmas, apenas metade da classe foi aprovada. Há também fatos singulares, como a reprovação de toda a turma de um dos primeiros anos da escola. Nota-se, no registro da diretora, o uso de expressões bem duras a respeito dos reprovados: *“A classe da professora C. S. não foi aprovada por se tratarem de retardados pedagógicos (sic) [...] todos os alunos da classe da professora E. M. foram aprovados do primeiro ano atrasado ao primeiro ano adiantado”*. Apesar de adjetivarmos as expressões da diretora como “duras”, é necessário compreender essa fala em seu momento histórico, quando as aptidões dos alunos eram analisadas tendo em vista os estudos científicos, principalmente os da psicologia experimental, que embasavam as ações pedagógicas naquele momento. Estes termos, “atrasados”, “retardados”, entre outros eram usuais e recorrentes nos discursos de intelectuais da época. Exemplo disso se mostra na fala de Helena Antipoff, chefe do laboratório de Psicologia Educacional da Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte na década de 1930:

Toda massa de crianças, quaisquer que sejam, bem dotadas ou retardadas, boas ou más, sem exceção, são educáveis e devem ser auxiliadas para se erguerem mais alto, sempre mais alto, na sua ascensão para o aperfeiçoamento intelectual, social e moral (ANTIPOFF apud PEIXOTO, 2000, p. 94).

Além das reprovações, nota-se, através do registro de presença do dia dos exames finais, uma grande desistência de alunos quando se compara com o número de matriculados no início do ano. Assim, pode-se constatar que muitos ficaram pelo caminho, talvez pela frágil condição socioeconômica ou pelo próprio código<sup>6</sup> utilizado pela escola na comunicação das suas atividades pedagógicas.

De acordo com Peixoto (2000), em 1937 já havia na escola primária um número de repetentes maior do que o de louvados. O incremento da reprovação começou quando as classes populares chegaram à escola. A seletividade até a década de 30 consistia no impedimento social de entrada na escola de uma população pouco familiarizada com a

---

<sup>6</sup> O conceito de código, neste contexto, remete, de acordo com Bourdieu (1992), à rentabilidade de uma relação de comunicação pedagógica, ou seja, o grau em que ela é compreendida e assimilada pelos alunos dependeria do grau em que os alunos dominam o código necessário à decifração dessa comunicação. Para Bourdieu, esse domínio variaria de acordo com a maior ou menor distância existente entre o arbitrário cultural apresentado pela escola como cultura legítima e a cultura familiar de origem dos alunos.

cultura escolar. Nos anos 30, essa população passa a ter maior acesso, mas é reprovada, eliminada. A afirmação da autora reflete um período em que a crença na reconstrução nacional pela escolarização determina um aumento significativo na oferta da escola pública e, ainda, no aproveitamento de iniciativas de ordem particular. Em contrapartida, os dados do levantamento estatístico geral de matrícula e frequência da época acusaram, no caso do ensino primário, uma queda, ano após ano, na matrícula e frequência escolar (Nunes, 2001, p. 121).

Ao final de cada termo de aprovação, eram produzidos resumos que classificavam os alunos de acordo com as médias obtidas. Os alunos que obtiveram médias dez recebiam o título de “*aprovados com distinção*”; os que recebiam médias de sete a nove, “*aprovados plenamente*”; e aqueles que obtinham nota mínima, seis e cinco, recebiam o título de “*aprovados simplesmente*”. No término do registro, era feito um resumo com o número de alunos aprovados, reprovados e desistentes.

O terceiro e último documento contido no *Livro de Atas e Termos de promoção e lavrado* a cada ano pela diretora regente é a *Ata de exames dos alunos do Grupo Escolar Maria Teresa*. Nessa ata, era redigida a forma pela qual se realizavam os exames com os alunos concluintes do ensino primário, os do 4º ano. A ata é iniciada com a data, sempre ao final do mês de novembro e, logo em seguida, a diretora redigia o modo como se formavam as mesas examinadoras. O inspetor escolar nomeava três mesas, compostas por uma presidente e duas examinadoras e para as quais sempre eram convocadas a própria diretora e professoras de outras séries. Depois de designadas, a diretora e professoras declaravam ser representantes legais do Governo do Estado para proceder aos exames e promoções dos alunos concluintes do ensino primário. As respectivas examinadoras realizavam a chamada. Como já foi mencionado, havia grande desistência de alunos para realização dos exames finais. As chamadas eram feitas por turmas, conforme o registro da diretora na ata de 1938:

Em seguida o inspetor escolar ordenou que as respectivas professoras procedessem à chamada dos alunos acima referidos. Compareceram 20 dos 35 matriculados na classe do 4º ano da professora S. R., 23 dos 42 matriculados da classe da 4º ano da professora L. S.

Em seguida, se iniciavam três tipos de provas, nesta sequência: escritas, orais e manuais. Para as provas escritas, eram postos em urnas os pontos de sorte de *Língua Pátria* (ditado, verbos, pronomes e invenção de uma história) e de *Aritmética* (problemas sobre



juros, sistema métrico, frações e organização de um problema utilizando os quatro sinais: adição, subtração, divisão e multiplicação). Cada classe sorteava um número correspondente a alguma matéria sobre a qual todos os alunos escreviam a respeito.

Terminadas as provas escritas tinha início as orais, que eram realizadas individualmente. Cada aluno tirava um ponto de sorte e discorria sobre o assunto de uma das matérias acima referidas mais as de *Leitura, História do Brasil, Ciências Naturais, Higiene, Geografia, Noções de Cousas, Moral e Cívica, Geometria* e também sobre fatos cotidianos, como a descrição de um arrabalde da cidade. Com estas breves informações curriculares, pode-se notar que o Grupo Escolar estava inserido no que havia de mais atual da pedagogia da época: não só a preocupação com a higiene, como também a existência das *Lições de Cousas*, que representava o método intuitivo, uma das características da escola ativa.

As provas práticas constavam de trabalhos manuais, ginástica, canto e desenho, mas não há maiores informações sobre os procedimentos de avaliação destas atividades. Após a realização dos exames, a presidente de cada banca, depois de conferenciar com as examinadoras, divulgava os resultados em que cada aluno aprovado era também classificado como: *aprovado com distinção, plenamente aprovado, aprovado simplesmente ou reprovado*. Ao final de todos os exames, as mesas examinadoras expediam o certificado de conclusão do ensino primário.

De acordo com a análise do *Livro Atas e Termos de promoção*, em que aparecem informações sobre o nome da professora responsável por cada classe e também sobre seu vínculo institucional, percebe-se, após a análise das médias obtidas pelos alunos, que as classes com menor desempenho escolar eram delegadas às professoras recém contratadas ou às estagiárias. Tal fato, ainda hoje, está presente em algumas escolas públicas, quando as professoras com mais “anos de casa” podem escolher as classes nas quais irão trabalhar, ficando, para as recém chegadas ao magistério e, na maioria das vezes, sem uma experiência prévia, o comando de uma turma tida como “fraca” ou a “turma problema da escola”.

De todas as atas e termos escritos, era extraída uma cópia autenticada e assinada, que era encaminhada à Inspeção Geral da Instrução Pública de Minas Gerais.

### **Das condições sociais dos alunos do grupo escolar**

Os *Livros de Matrícula*<sup>7</sup> eram usados pela diretora para o registro dos alunos ingressos no curso primário do Grupo Escolar Maria Teresa. Apesar de haver espaço para anotações de observações nestes livros, algumas vezes, aparecem notas nas laterais, em sua maior parte feitas a lápis, indicando a desistência de um aluno matriculado. Os livros apresentam uma grande variedade de informações não só sobre os alunos matriculados, como também contêm dados minuciosos sobre sua família, o que será visto adiante.

Os livros eram preenchidos a cada ano com o nome do aluno, idade, nacionalidade, se era repetente, se tinha registro civil, se morava perto do perímetro escolar, se já sabia ler e escrever, série do curso a ser matriculado, nome dos pais, profissão destes, grupo social a que a família pertencia, número de filhos e endereço. Por aqui se pode notar uma das estratégias de controle que a educação procura exercer na sociedade. É como se, ao obter informações sobre o aluno e sua família se poderá interferir para mudar certos estados da realidade social, principalmente na crença de que a educação é, por si mesma, transformadora dessa realidade. Por outro lado, essas informações, lidas hoje, trazem um pouco do perfil socioeconômico de parte da sociedade (pelo menos a que frequentava, ou pretendeu frequentar a escola). Nem sempre todos os dados eram preenchidos de forma linear no *Livro de Matrícula*. Em alguns anos, algumas informações eram acrescentadas a mão mesmo e, em outros, alguns dados nem eram preenchidos, o que demonstra o quanto foi heterogênea a dinâmica da escola no período.

O grupo social mencionado anteriormente, que variava de 1 (grupo social considerado mais alto) até 4 (grupo social considerado mais baixo), era determinado pela reunião de informações fornecidas no ato da matrícula, sendo a mais importante, para esta categorização, a profissão do pai, mas também as informações sobre a atividade profissional da mãe e número de filhos na família.

As profissões eram previamente classificadas no início de cada livro de matrícula. Pertenciam aos grupos sociais mais altos (1 e 2) atividades como as de médico, dentista, militar, engenheiro, educador (o que indicava uma provável valorização social do professor naquela época), entre outras. Os grupos sociais 3 e 4, considerados mais baixos, eram determinados por profissões como, mascate, caixeiro viajante, carpinteiro, carroceiro,

---

<sup>7</sup> São livros retangulares e de capa dura cujas folhas trazem impressas algumas orientações a serem preenchidas. Os registros eram feitos tanto a lápis quanto a caneta.

guarda-freios, entre outros. Percebe-se, também, o elevado número de filhos nas famílias dos grupos sociais 3 e 4 – uma média de sete filhos – assim como era significativo, também, o número de mães que trabalhava fora, sendo as atividades de lavadeira, empregada doméstica, costureira e operária as mais comuns.

A menção à nacionalidade dos pais também é um dado relevante que mostra como os registros escolares podem ser fontes primárias importantes para caracterizar a composição da sociedade da época. Há registros de nacionalidades diversas como: Portugal, Itália, Alemanha, Líbano, Polônia e, em maior incidência, Síria. Tal exigência do registro da nacionalidade dos pais pode estar associada aos interesses nacionalistas implantados pelas escolas públicas republicanas e que ganharam ênfase no Estado Novo através da disseminação dos valores nacionais e controle de culturas estrangeiras. Tais valores eram impostos às escolas em formato de comemorações cívicas e festejos de figuras importantes do governo, como a do próprio presidente Vargas, para facilitar o processo de aceitação da autoridade de seus líderes pelas massas populares. Para reforçar a bandeira do nacionalismo, outras medidas foram adotadas pelo Estado Novo, principalmente em direção ao ensino primário, como apontam Freitas e Biccias (2009):

No sentido de propagar um sentimento de *patriotismo* e de valorização da *nacionalidade*, o currículo e as práticas escolares foram modificados de modo que tais estratégias repercutiram diretamente no ensino moral, esta aberta à influência católica, do civismo, da educação física, da história, da geografia brasileira, do canto orfeônico e até nas festividades que ecoavam as ações do Estado Novo (FREITAS & BICCAS, 2009, p. 114-115).

### **Da relação entre rendimento escolar e condição social do aluno**

Através do cruzamento das informações contidas no *Livro de Atas e Termos de promoção* com os *Livros de Matrícula* dos anos de 1938 a 1944, é possível perceber a relação entre o desempenho escolar e a situação socioeconômica do aluno do Grupo Escolar Maria Teresa deste período.

Entretanto, é preciso evidenciar que, nos anos anteriores a 1938, não foram feitos ou não foram encontrados *Livros de Matrícula* da escola investigada. Desta forma, somente o *Livros de Atas e Termos de Promoção* podem esclarecer sobre o período anterior. Nesta época, como já foi mencionado, os nomes dos matriculados eram escritos no *Termo de abertura solene das aulas*, pela própria diretora da escola. Daí pode-se explicar a inexistência de livros de matrícula neste período. Talvez os dados econômicos da família não fossem tão

importantes naquele momento, quando o governo Vargas, através da constituição de 1934, pregava a plena gratuidade do ensino, em que o Estado pretendia ser o único responsável pela educação.

No entanto, a partir do ano de 1938, os *Livros de Matrícula* começaram a ser preenchidos pela diretora da escola, mesmo que de forma diferente em cada ano, o que sugere a influência das mudanças educacionais ocorridas no período, o que indica, também, a necessidade de diferentes formas de registros de informações pelas também diferentes formas de administrar a cultura escolar. Assim, eram anotados dados de cunho pessoal, como número de filhos, e de cunho econômico, como profissão dos pais, informações estas que ajudaram a indicar a classe social das famílias que matriculavam seus filhos no Grupo Escolar Maria Teresa.

Podemos inferir que este fato se associa de forma direta ao surgimento do “Estado Novo”, quando a ditadura implantada por Vargas trouxe, com a nova constituição de 1937, modificações significativas quanto à gratuidade do ensino público no Brasil. É interessante compararmos trechos dos textos legais das Constituições de 1934, período da República Vargas, e de 1937, em que ele permaneceu no poder como ditador à frente do que se chamou de “Estado Novo”.

Texto de 1934:

*Artigo 150 – parágrafo único – a) ensino primário integral é de frequência obrigatória extensiva aos adultos; b) tendência a gratuidade do ensino educativo anterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível (...).*

Texto de 1937:

*Artigo 130 – O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente, não puderem alegar, escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (Apud Ghiraldelli Jr., 2001).*

Como se vê, a carta de 1937 alterou a tendência democratizante da carta de 1934. Com o artigo 130, o “Estado Novo” forneceu indícios de não desejar carrear os recursos públicos, provindos dos impostos, para a democratização das oportunidades de educação para a população. (GHIRALDELLI JR., 2001, p.73).

As análises realizadas a seguir, procuram caracterizar, através do cruzamento dos dados obtidos dos documentos, qual o perfil do aluno matriculado no Grupo Escolar Maria

Teresa e o que definia sua continuidade (ou não) nos estudos: se era o grupo social ao qual a família pertencia ou as práticas escolares desenvolvidas no Grupo Escolar Maria Teresa.

Para tal, foram considerados todos os alunos que frequentaram o 4º ano do Grupo Escolar Maria Teresa entre os anos de 1938 e 1944. O período escolhido, conforme já mencionamos, se deu pelo fato de a documentação estar mais completa; já o grupo de turmas selecionado, 4º ano, por ter sido o único do ensino primário para o qual eram lavradas as *Atas de aprovação*.

Para realizar o cruzamento dos dados registrados no *Livro de Atas e Termos de promoção* com os dados dos *Livros de Matrícula*, foi organizado um banco de dados onde as informações dos dois documentos se agrupam e, com isso, se complementam (ver exemplo de dois dos quadros de cruzamento de informações referentes a duas classes de alunos do 4º ano do ensino primário do ano de 1941 - Quadros I e II).

SEXO DO ALUNO	REGISTRO CIVIL	IDADE	PROFISSÃO PAI	NACIONALIDADE PAI	PROFISSÃO MÃE	FILHOS	GRUPO SOCIAL	APROVADO/ REPROVADO	REPETENTE
Masculino	Sim	10,7	Perfumista	Brasileiro		5	2	Aprovado simplismente-nota 6	Não
Masculino	Sim	10,2	Médico	Brasileiro		3	1	Aprovado com distinção-nota 10	Não
Masculino	Sim	11,1	Guarda freios	Brasileiro		3	4	Aprovado plenamente-nota 9	Não
Masculino	Sim	11,2	Carroceiro	Brasileiro		5	3	Aprovado plenamente-nota 9	Não
Masculino	Sim	11		Brasileiro	Operária	5	3	Aprovado simplismente-nota 6	Não
Masculino	Sim	10,6	Fiscal de escola	Brasileiro		6	1	Aprovado com distinção-nota 10	Não
Masculino	Sim	10,3	Dentista	Brasileiro		5	1	Aprovado plenamente-nota 9	Não
Masculino	Sim	9,2	Médico	Brasileiro		6	1	Aprovado com distinção-nota 10	Não
Masculino	Sim	11,2	Médico	Brasileiro		6	1	Aprovado plenamente-nota 9	Não
Masculino	Sim	10,1	Aposentado Oeste	Brasileiro		9	4	Aprovado simplismente-nota 6	Não
Feminino	Sim	10,2	Ourives	Brasileiro		2	3	Aprovado plenamente-nota 8	Não
Feminino	Sim	10	Minerador	Brasileiro		4	2	Aprovado plenamente-nota 7	Não
Feminino	Sim	10,4		Brasileiro	Serviços Domésticos	3	4	Aprovado simplismente-nota 6	Não
Feminino	Sim	9,7	Telegrafista	Brasileiro		1	1	Aprovado plenamente-nota 7	Não
Feminino	Sim	10,6	Sorveteiro	Brasileiro		3	3	Aprovado simplismente-nota 6	Não
Feminino	Sim	11,1	Militar	Brasileiro		6	1	Aprovado plenamente-nota 8	Não
Feminino	Sim	10,11	Comerciante	Brasileiro		4	3	Reprovada	Não
Feminino	Sim	12,11	Guarda freios	Brasileiro		3	4	Aprovado plenamente-nota 7	Não
Feminino	Sim	9,11	Militar	Brasileiro		7	1	Aprovado com distinção-nota 10	Não
Feminino	Sim	9,11	Assistente Técnico	Brasileiro		3	1	Aprovado plenamente-nota 7	Não
Feminino	Sim	10,7	Gerente Singú	Brasileiro		3	1	Aprovado plenamente-nota 8	Não

QUADRO I – Dados informativos do *Livro de Matrícula* e do *Livro de Atas e Termos de promoção* da primeira classe de 4º ano do Grupo Escolar Maria Teresa em 1941.

SEXO DO ALUNO	REGISTRO CIVIL	IDADE	PROFISSÃO PAI	NACIONALIDADE PAI	PROFISSÃO MÃE	FILHOS	GRUPO SOCIAL	APROVADO/ REPROVADO	REPETENTE
Feminino	Não	12,4	Militar	Brasileiro		7	2	Reprovado ou desistente	Não
Masculino	Sim	14,2		Brasileiro	Doméstica	5	4	Reprovado ou desistente	Não
Masculino	Sim	11,2	Operário	Brasileiro		4	3	Aprovado simplismente-nota 6	Não
Masculino	Sim	13,2	Operário	Brasileiro		8	3	Aprovado simplismente-nota 6	Não
Masculino	Sim	14,7		brasileiro	Doméstica	9	4	Reprovado ou desistente	Não
Masculino	Sim	14,5	Carpinteiro	Brasileiro		9	3	Aprovado plenamente-nota 7	Não
Masculino	Sim	11,8	Operário	Brasileiro	Costureira	5	3	Reprovado ou desistente	Não
Masculino	Sim	13,1	Militar	Brasileiro		6	2	Reprovado ou desistente	Não
Masculino	Sim	10,3		Brasileiro	Costureira	10	4	Reprovado ou desistente	Não
Feminino	Sim	11,5	Chauffeur	Brasileiro		7	4	Reprovado ou desistente	Não
Feminino	Sim	14,4	Empregado no comércio	Brasileiro	Costureira	9	4	Reprovado ou desistente	Não
Feminino	Sim	13,1	Serviços Domésticos	Brasileiro		1	4	Aprovado Simplismente-nota 6	Não
Feminino	Sim	10,6	Operário	Brasileiro		7	4	Reprovado ou desistente	Não
Feminino	Sim	11,2	Telegrafista	Brasileiro		5	3	Aprovado simplismente-nota 6	Não
Feminino	Sim	11,5	Serviços Domésticos	Brasileiro	Lavadeira	1	3	Aprovado simplismente-nota 6	Não
Feminino	Sim	13,5	Carroceiro	Brasileiro		5	4	Aprovado simplismente-nota 6	Não
Feminino	Sim	13,2	Porteiro do grupo	Brasileiro		4	4	Reprovado ou desistente	Não
Feminino	Sim	11,8	Fazendeiro	Brasileiro		6	2	Reprovado ou desistente	Não
Feminino	Sim	10,9	Eletricista	Brasileiro		7	2	Aprovado simplismente-nota 6	Não
Feminino	Sim	12,1	Serviços Domésticos	Brasileiro		2	4	Reprovado ou desistente	Não
Feminino	Sim	10,7	Comerciante	Sírio		6	2	Reprovado ou desistente	Não
Feminino	Sim	13,4	Militar	Brasileiro		6	2	Reprovado ou desistente	Não

QUADRO II – Dados informativos do *Livro de Matrícula* e do *Livro de Atas e Termos de promoção* da segunda classe do 4º ano do Grupo Escolar Maria Teresa em 1941.

Em 1938, ano em que o Grupo Escolar Maria Teresa só manteve uma classe de 4º ano, esta com 20 alunos, constata-se que a maioria deles, 65%, pertencia aos grupos sociais 1 e 2, ou seja, aqueles considerados mais altos. Também, no mesmo ano, 30% dos alunos não compareceram aos exames finais, sendo que quase todos pertenciam aos grupos sociais considerados baixos (3 e 4). A maioria dos aprovados com “distinção”, nota dez, estava em idade escolar adequada para os padrões convencionais de frequência àquela série, ou seja, entre 9 e 10 anos de idade. Com isto, pode-se concluir que houve uma linearidade ascendente na vida escolar desses alunos. Já com os desistentes acontecia o inverso, ou seja, a maioria já estava fora da idade escolar proposta para aquela série, sugerindo assim repetências anteriores ou desistências, bem como atraso no ingresso na vida escolar. Também percebemos, neste ano, fatos significativos como, a maioria dos desistentes ser do sexo masculino.

Em 1939, também só houve uma classe de 4º ano, com 28 alunos. Neste ano, percebe-se uma maior presença das classes sociais consideradas baixas, 68% dos alunos pertenciam aos grupos sociais 3 e 4. Não houve aluno algum aprovado com *distinção*, grande parte dos estudantes, 42, 85%, teve notas inferiores a sete, ou seja, foram *simplesmente* aprovados, sendo que na maioria deles, 75%, a mãe trabalhava fora<sup>8</sup>. Também grande parte dos alunos daquele ano, 75%, era repetente ou estava fora da idade escolar convencional.

Já em 1940, o Grupo Escolar Maria Teresa manteve três classes de 4º ano. Percebe-se, nitidamente, a grande diferença na composição de cada classe, tanto no aspecto social quanto no rendimento escolar dos alunos. Havia uma turma que era composta de alunos visivelmente mais adiantados, outra com estudantes que pertenciam a grupos sociais mais altos e a havia a classe dos alunos considerados *mais fracos* no rendimento escolar. Na primeira turma analisada, os alunos apresentavam as melhores notas. Percebe-se que a maior parte deles também pertencia aos grupos sociais mais altos, mas muitos dos grupos sociais considerados baixos, também obtinham bom rendimento. Um fato interessante nesta classe, em que as notas, em sua maioria, são melhores que as das outras, é que, nenhuma das mães dos alunos trabalhava fora. Percebe-se, também, que a maior parte estava em idade escolar recomendada para aquela série. Na segunda classe analisada, em

---

<sup>8</sup> A despeito de os dados empíricos da pesquisa apontarem para uma possível relação entre a ausência da mãe trabalhadora no lar e o baixo rendimento do aluno na escola em 1939, assim como em outros anos, não se pode, em uma pesquisa historiográfica, afirmar tal relação. Tal verificação demandaria outras análises, principalmente as de cunho sociológico, as quais, neste momento, não são foco desta pesquisa.



que se percebe grande incidência de grupos sociais mais altos, as notas dos alunos também se destacam em aprovações com *distinção*. A maioria dos alunos estava em idade escolar adequada e o único desistente da classe pertencia ao grupo social considerado, pela escola, mais baixo. Na terceira turma, considerada a “mais fraca”, todos os alunos foram aprovados, porém com notas baixas, de 5 a 7. A maioria da classe, 70%, pertencia aos grupos sociais mais baixos e quase todos os alunos estavam fora da idade escolar recomendada.

Em 1941 e 1943, o Grupo Escolar manteve duas classes de 4º ano em funcionamento. Nestes anos era nítida a segregação de alunos dos grupos sociais mais baixos, pois na primeira turma analisada mais da metade dos alunos pertencia aos grupos sociais altos e a maioria dos alunos estava na idade escolar adequada. Já na segunda classe quase todos eram dos grupos sociais 3 e 4, sendo que antes de terminar o curso primário, mais da metade desistiu dos estudos, ou foram transferidos da escola, ou então não compareceram aos exames finais. Talvez esses alunos não se adaptaram àquela realidade excludente ou não se consideraram suficientemente preparados para enfrentar as avaliações finais.

Em 1942 e 1944, a situação é semelhante à de 1941: duas classes de 4º ano com alunos separados, aparentemente, pela condição socioeconômica e pelo rendimento escolar. Nestes anos não foram feitas as atas de aprovação no *Livro de Atas e Termos de promoção*, mas observamos um fato que se destacou em relação aos outros anos pesquisados. Na classe composta por alunos de grupos sociais considerados baixos, em sua maioria, estes não tinham registro civil, ao contrário da classe composta por alunos dos grupos sociais 1 e 2, em que todos os alunos, sem exceção, eram registrados.

Como podemos perceber, em todos os anos analisados, havia uma forte tendência da escola em classificar, ordenar seus alunos de acordo com o rendimento escolar bem como o grupo social a que eles pertenciam. Este acontecimento, para além de uma prática escolar da época, mostra a adoção de critérios ditos científicos para a educação, retirados, principalmente, da psicologia e da sociologia. A separação dos alunos de acordo com suas aptidões intelectuais, obtidas através de testes psicológicos, era típica desse período, em que a dinâmica em torno da criação de classes homogêneas se justificava pela alegação de se estar oferecendo à infância um ensino que respeitasse as diferenças.

Essas classes, organizadas segundo critérios rigorosamente científicos (testes e observação), oferecem à escola as condições necessárias à organização de um ambiente que leve em conta a individualidade do aluno, constituindo, segundo

Helena Antipoff, um excelente recurso para garantir a todos iguais oportunidades de aprendizagem (PEIXOTO, 2000, p. 94).

As classes homogêneas são meios que asseguram aos alunos uma instrução sob medida, reclamada pela pedagogia moderna e evitam o ensino “em série”, estereotipado e mecânico, que não toma em consideração o fator educativo, que é respeito à personalidade da criança (ANTIPOFF apud PEIXOTO, 2000, p. 94).

Percebe-se que o processo de diferenciação, à medida que se baseia em critérios pretensamente científicos, oculta a dimensão social nele embutida. Desta forma, a escola se torna uma instituição que acentua as diferenças, ao invés de reduzi-las.

### **Considerações Finais**

Ao final do percurso desta investigação, podemos dizer que ela é uma amostra pequena do muito que a cultura material escolar tem para oferecer à historiografia da educação.

Mesmo que restrita a fontes áridas de caráter administrativo, foi possível extrair pistas e indicadores significativos sobre como ocorriam as práticas escolares em meio a grandes diferenças socioeconômicas. Se, por um lado, a pesquisa nesses documentos parece não ter trazido nenhuma novidade, que a escola sempre privilegiou as camadas do chamado grupo 1, aquele em que há uma proximidade entre o bom desempenho e a situação familiar, há questões complexas que não se respondem com facilidade nessa visão. Há nos registros, descontinuidades e rupturas com esse olhar hegemônico, que convidam a observar com cuidado certas convicções. Se a educação tautológica e viciosamente privilegia os já privilegiados, nota-se também que há casos de aprovados plenamente do grupo 4.

Ao pesquisar os materiais de parte do arquivo da escola, foi possível reconhecer que no jogo de força de composição da sociedade, a realidade que se configura é complexa e repleta de ambiguidades e lacunas.

Desta forma, a investigação em documentos pouco explorados é sempre um desafio e um convite. Ao estabelecer relações entre o micro universo daquele segmento selecionado e o universo social mais amplo, sem privilegiar nem um nem outro, ou seja, trabalhar nestas duas dimensões – micro e macro – reforça a necessidade de continuar por este caminho, apesar das dificuldades em lidar com relações ainda pouco abordadas nas pesquisas sobre as práticas escolares.

## Fontes

GRUPO ESCOLAR MARIA TERESA. **Livro de Atas e Termos de promoção** 1930-1950. São João del-Rei (documento não publicado).

\_\_\_\_\_. **Livro de Matrícula** 1938. São João del-Rei (documento não publicado).

\_\_\_\_\_. **Livro de Matrícula** 1939. São João del-Rei (documento não publicado).

\_\_\_\_\_. **Livro de Matrícula** 1940. São João del-Rei (documento não publicado).

\_\_\_\_\_. **Livro de Matrícula** 1941. São João del-Rei (documento não publicado).

\_\_\_\_\_. **Livro de Matrícula** 1942. São João del-Rei (documento não publicado).

\_\_\_\_\_. **Livro de Matrícula** 1943. São João del-Rei (documento não publicado).

\_\_\_\_\_. **Livro de Matrícula** 1944. São João del-Rei (documento não publicado).

MINAS GERAIS. Decreto 6.818 – 13 de março de 1925. Cria o Grupo Escolar Maria Teresa. In: **Coleção de Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925.

## Referências

ABREU JR., Laerthe de Moraes. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. In: **Pró-Proposições**. Campinas SP: Unicamp, v.16, n. 1 (46), p. 145-164, jan./abr. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Pro-Posições**. Campinas SP: Unicamp, v.16, n.1, (46), p. 87-102, jan. - abr. 2005.

FREITAS, Marcos Cezar de, BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Introdução a Educação Escolar Brasileira: História, Política e Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

GUIMARÃES, Fábio Nelson. **Cinqüentenário da Escola Estadual D. Maria Teresa, 1925-1975**. São João del-Rei, 1975.

MORAES, Carmem S. Vidigal, ZAIA, Iomar Barbosa, VENDRAMETO, Maria Cristina. Arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira. **Pro-Posições**. Campinas SP: Unicamp, v.16, n.1, (46), p. 117-133, jan. - abr. 2005.

NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no governo Vargas. In: **Constelação Capanema: Intelectuais e política**. Helena Bomeny (org.), Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas: Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001. p. 103-125.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. As tramas do arquivo. Reconstruindo o percurso de construção do Museu da Escola de Minas Gerais. In: FERNANDES, Rogério, FELGUEIRAS, Margarida Louro. **A escola primária: entre a imagem e a memória**. Porto: Gráficos Reunidos, 2000, p. 37-47.

\_\_\_\_\_. Triste retrato: A educação mineira no Estado Novo. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes, PEIXOTO, Ana Maria Casassanta (org.). **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2000. p. 84-103.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4. ed., 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 180 – 213.

RIBEIRO, Marcus Vinício Toledo. Os arquivos das escolas. In: NUNES, Clarice (coord.). **Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira**. Brasília: INEP, 1992.

Enviado em Abril/2010

Aprovado em Março/2011